



AVISO IMPORTANTE:

Este é um **Material de Demonstração**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA **APOSTILA COMPLETA?**



Conteúdo totalmente **alinhado** ao edital



Teoria **clara, objetiva** e sempre **atualizada**



Questões **gabaritadas**



Diferentes práticas que **otimizam** seus estudos



Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**



Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:

<https://www.editoragabaritei.com.br/>



PREFEITURA DE

SALVADOR - BA

1.000 Questões Gabaritadas

Guarda Civil Municipal – GCM 3ª Classe

QUESTÕES GABARITADAS

GBT-066ST-26

QUEM SOMOS?

A Editora Gabaritei é formada por profissionais com mais de 20 anos de experiência no mercado de concursos públicos, atuando de forma estratégica na elaboração de materiais didáticos que auxiliam candidatos de todo o Brasil a conquistarem a tão sonhada aprovação.

Ao longo dessa trajetória, a Editora Gabaritei já contribuiu para a aprovação de mais de 330.000 candidatos, resultado de um trabalho construído com seriedade, conhecimento técnico e profundo entendimento das exigências dos editais e das bancas organizadoras. Cada material é desenvolvido com foco nas disciplinas mais recorrentes, nos conteúdos mais cobrados e na organização eficiente do estudo.

Além dos conteúdos teóricos, a Editora Gabaritei também produz materiais de estudo baseados em questões dos últimos concursos, cuidadosamente selecionadas e organizadas de acordo com o perfil das bancas examinadoras. Essa abordagem permite ao candidato compreender a lógica das provas, identificar padrões de cobrança e direcionar seus estudos de forma mais assertiva, conduzindo sua preparação com maior segurança e eficiência.

As apostilas são estruturadas com linguagem clara, objetiva e didática, facilitando a compreensão dos temas tanto para quem está iniciando quanto para quem já possui uma rotina de estudos mais avançada. Os conteúdos são apresentados de forma estratégica, com explicações diretas, exemplos práticos e orientações que auxiliam na fixação e no desempenho do candidato durante a prova.

Mais do que reunir conteúdo, a Editora Gabaritei tem como compromisso oferecer uma experiência de estudo eficiente, respeitando o tempo do concurseiro e potencializando seus resultados. A constante atualização dos materiais garante alinhamento com as mudanças nos editais e com as tendências das principais bancas examinadoras.

Fazer parte da história da Editora Gabaritei é caminhar ao lado de uma equipe experiente, comprometida com a qualidade e com o sucesso de milhares de candidatos que acreditaram em seu potencial e conquistaram uma nova realidade por meio da aprovação.

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	05
RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO.....	27
INFORMÁTICA.....	37
NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL.....	51
NOÇÕES DE DIREITO CIVIL	67
NOÇÕES DE DIREITO PENAL	85
DIREITO PROCESSUAL PENAL.....	103
NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO.....	119
POLÍTICAS PÚBLICAS	133
CONHECIMENTOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO	139
LEGISLAÇÃO GERAL	175
LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	203

LÍNGUA PORTUGUESA



01. FGV - ANA POR (CODEBA)/CODEBA/ADVOGADO/2016

A frase cuja grafia do vocábulo sublinhado está correta é:

- a) *Ambição não é nada se não a sombra maligna da aspiração.*
- b) *O que é uma erva daninha se não uma planta cujas virtudes ainda não foram descobertas?*
- c) *Liberdade não é nada se não a distância entre a caça e o caçador.*
- d) *Se você espera pelo amanhã, o amanhã chega; se não espera pelo amanhã, o amanhã chega.*
- e) *A civilização nada mais é se não uma camada de pintura que qualquer chuveiro lava.*

02. FGV - AUD EST (CGE SC)/CGE SC/ADMINISTRAÇÃO/2023

Texto

“Estamos em 2022 e, neste momento, a maioria das transações bancárias, segundo o Banco Central, é realizada na modalidade Pix. Essa modalidade já superou a TED e o DOC.”

Sabemos que no Brasil existe muita sonegação, muitas empresas, principalmente as menores, não declaram tudo aquilo que movimentam. Porém, do outro lado da mesa está a Receita Federal — com supercomputadores e com analistas bem treinados para auditar as milhares de informações que chegam aos bancos de dados do órgão.

As Secretarias de Fazenda Estaduais e as Prefeituras estão se modernizando cada vez mais (é o caso do DF, que possui a Malha Fiscal), com o uso de tecnologia para tratamento das informações recebidas através das obrigações acessórias, a fim de evitar a sonegação fiscal por parte das empresas e não deixar de arrecadar tributos.

A Receita Federal, através do sistema SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), montou uma verdadeira armadilha para as pessoas físicas e jurídicas que não declaram suas movimentações financeiras.

O que antes era feito em papel passou a ser digital e online, ou seja, hoje em dia a Receita Federal pode identificar uma operação clandestina antes mesmo de se concluir.

E, a partir de 2023, será possível cruzar a movimentação bancária gerada pelas empresas (de qualquer porte) com as informações repassadas pelas instituições financeiras, intermediadores financeiros e instituições de pagamento para arrecadar os tributos devidos nessas operações.

Não importa a forma de transferência utilizada pelas empresas, TED, DOC, Pix etc. Tudo será informado para o fisco e, como já dissemos, no caso do Pix, a informação será retroativa.”

(Arvi Consultoria)

Sobre as siglas empregadas no texto – DF, TED, DOC, SPED – assinale a afirmativa **incorreta**.

- a) A sigla DOC corresponde à forma abreviada de “documento”.
- b) A sigla SPED tem sua explicação entre parênteses por não ser de amplo conhecimento do público.
- c) As siglas TED e DOC são vistas pelo autor do texto como de amplo conhecimento dos leitores.
- d) O emprego de siglas traz como uma de suas consequências a economia de espaço gráfico.
- e) Todas as letras das siglas correspondem a palavras significativas da expressão original.

03. FGV-ANAGS(FIOCRUZ)/FIOCRUZ/GESTÃO PÚBLICA/COOPERAÇÃO INTERNACIONAL/2010

Texto

Se telefonar, não dirija

O uso de telefones celulares revolucionou a comunicação entre as pessoas de forma que muitos esqueceram como vivíamos sem este aparelho fundamental à evolução da espécie. Tão logo um cidadão adquire o santo instrumento da felicidade humana, imediatamente se torna seu escravo. Viciado em fazer ligações e responder imediatamente a chamados.

Qualquer dúvida, por mais banal que seja, torna-se uma urgência inadiável. A mão se estende rapidamente ao celular. A ligação é feita. Alívio geral. Na maior parte do dia, isso, além de cômico, não faz muito mal. Exceto ao bolso.

Caso a pessoa esteja dirigindo, no entanto, falar ao telefone pode se transformar em tragédia. O estudo de dados científicos realizado há cinco anos demonstrou, claramente, a relação entre o uso do telefone celular e o aumento do risco de acidentes automobilísticos graves.

A maioria dessas pesquisas aponta para um momento de 4 a 5,9 vezes maior chance de o motorista se distrair e bater o carro. Recentemente, foram disseminados ao redor do mundo aparelhos capazes de garantir ao motorista a possibilidade de continuar a sua conversa telefônica sem precisar segurar o celular com uma das mãos. Os famosos métodos hands free, ou mãos livres: são fones de ouvido ligados diretamente ao telefone ou a tecnologia blue tooth, conectados sem fio, e ainda equipamentos viva-voz. Todos permitem telefonar mantendo as mãos ao volante.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO



01. FGV - ANA ADM (EBSERH)/HU BRASIL/CONTABILIDADE/2025

O resultado do lançamento de um dadinho honesto pode ser 1, 2, 3, 4, 5 ou 6, sendo todos igualmente prováveis.

Se um dadinho honesto for lançado três vezes, a probabilidade de que a soma dos três resultados seja maior do que 16 é aproximadamente igual a

- a) 0,019.
- b) 0,082.
- c) 0,145.
- d) 0,182.
- e) 0,216.

02. FGV - ANA SAU (PREF SJC)/PREF SJC/ENFERMAGEM/2025

Um dado cúbico, com as faces numeradas de 1 a 6, é tal que quando lançado todas as faces têm a mesma probabilidade de ficar voltada para cima. Lança-se esse dado duas vezes em sequência.

A probabilidade de que o produto dos dois números sorteados seja maior do que 8 é

- a) $\frac{9}{18}$
- b) $\frac{10}{18}$
- c) $\frac{11}{18}$
- d) $\frac{12}{18}$
- e) $\frac{13}{18}$

03. FGV - PROF (PREF MACAÉ)/PREF MACAÉ/C/MATEMÁTICA/2024

Uma urna contém exatamente seis bolas brancas e duas bolas pretas. Três dessas bolas serão retiradas, simultaneamente, ao acaso.

A probabilidade de que, entre as bolas retiradas, haja ao menos uma branca é

- a) maior que 70%.
- b) maior que 50% e menor que 70%.
- c) maior que 30% e menor que 50%.
- d) maior que 10% e menor que 30%.
- e) menor que 10%.

04. FGV - AJ TRT13/TRT 13/APOIO ESPECIALIZADO/ESTATÍSTICA/2022

Considere o lançamento aleatório de dois dados honestos. Se X é a variável aleatória que calcula o módulo da diferença entre os dois números obtidos, então o valor mais provável de X é igual a

- a) 0.
- b) 1.
- c) 2.
- d) 3.
- e) 4.

05. FGV - ASS LEG (ALERO)/ALERO/TÉCNICO EM INFORMÁTICA/2018

Várias pessoas, entre as quais Artur e Mário, estão sentadas em volta de uma mesa redonda. Entre Artur e Mário há 3 pessoas por um lado e 5 pessoas pelo outro.

Uma das pessoas da mesa é sorteada ao acaso. A probabilidade de que essa pessoa sorteada não seja nem Artur, nem Mário, nem nenhum dos seus vizinhos, é de

- a) 20%.
- b) 30%.
- c) 40%.
- d) 50%.
- e) 60%.

06. FGV - ANA TI (TCE SE)/TCE SE/DESENVOLVIMENTO/2015

Em uma festa há somente mulheres solteiras e homens casados, acompanhados de suas respectivas esposas.

A probabilidade de que uma mulher sorteada ao acaso nessa festa seja solteira é $\frac{2}{7}$.

A probabilidade de que uma pessoa sorteada ao acaso nessa festa seja homem é:

- a) $\frac{5}{7}$
- b) $\frac{2}{9}$
- c) $\frac{7}{9}$
- d) $\frac{5}{12}$
- e) $\frac{7}{12}$

07. FGV - ADTND (AMAZUL)/AMAZUL/ESTATÍSTICO/2026 ESTATÍSTICA - PROBABILIDADE CONDICIONAL

Considere um experimento aleatório qualquer e dois resultados possíveis, denominados Evento A e Evento B, onde $P(A)$ é a probabilidade de o evento A ocorrer e $P(B)$ é a probabilidade de o evento B ocorrer.



01. FGV - ADM(NITTRANS)/NITTRANS/2025

Bia, que trabalha no setor administrativo da Nittrans, migrou recentemente de um computador com Windows 7 para outro com Windows 8.1 e está com dificuldades para localizar funções que eram acessíveis pelo “Menu Iniciar”.

Sobre as diferenças na interface do Windows 8/8.1 em comparação ao Windows 7, avalie as afirmativas a seguir.

I. A tela inicial (Start Screen) substitui o Menu Iniciar tradicional e é composta por blocos dinâmicos (tiles) que podem exibir informações em tempo real.

II. Para acessar o menu de desligar o sistema, o usuário deve abrir a “Barra de Charms” (movendo o mouse para um dos cantos da tela) e clicar em “Configurações”.

III. O “Desktop” (Área de Trabalho) foi removido do Windows 8, sendo possível executar aplicativos apenas na interface moderna de tela inicial.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

02. FGV - AG (AGESAN RS)/AGESAN RS/CONTROLE FINANCEIRO E CONTÁBIL/2025

Com relação ao recurso “Mala Direta” do MS Word 2010 (BR), avalie as afirmativas a seguir.

I. Permite importar dados de fontes como Excel, Access ou tabelas HTML.

II. Campos de mesclagem (ex: <<Nome>>) são inseridos via “Inserir Campo de Mesclagem”.

III. A pré-visualização de resultados exibe dados reais antes da impressão/envio.

Está correto o que se afirma em

- a) II, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

03. FGV - ADTND (AMAZUL)/AMAZUL/ADVOGADO/2026

No que concerne aos conceitos relacionados a redes de computadores, assinale a alternativa que apresenta uma associação **incorreta**.

a) **Computação em nuvem**: utiliza o modelo de computação distribuída, em que não existe a demanda de conhecimento do local físico de armazenamento de recursos e/ou dados.

b) **Extranet**: uma rede privada estendida baseada na internet que permite acesso remoto via autenticação, permitindo, assim, o acesso externo aos serviços de uma intranet a entes credenciados.

c) **Internet**: rede mundial de computadores, em que a troca de informações armazenadas remotamente é realizada prescindindo, na maioria das vezes, do local onde os dados estão fisicamente armazenados.

d) **Intranet**: rede privada que utiliza modelo baseado nos mesmos protocolos da internet para acesso aos dados, reduzindo os custos de implementação de aplicativos frente a soluções proprietárias.

e) **Web**: protocolo de transferência de hipertextos realizada por um site hospedeiro, e respondida por requisições de clientes navegadores, tais como: Google Chrome, Microsoft Edge e Mozilla Firefox.

04. FGV - INVPOL(PC MG)/PC MG/2025

Com o crescimento da internet ao longo dos anos, a quantidade de endereços IP disponíveis no protocolo IPv4 tornou-se insuficiente. Para solucionar esse problema e incorporar outras melhorias tecnológicas, o protocolo IPv6 foi desenvolvido como sucessor do IPv4. No contexto dos protocolos de internet IPv4 e IPv6, assinale a afirmativa **correta**.

a) O IPv4 utiliza endereços de 64 bits, enquanto o IPv6 utiliza endereços de 128 bits.

b) O IPv6 elimina completamente a necessidade de NAT (Network Address Translation).

c) O IPv4 oferece maior eficiência no roteamento, pois possui cabeçalhos menores que o IPv6.

d) O IPv6 inclui o suporte nativo a funcionalidades como segurança e mobilidade, que são apenas opcionais no IPv4.

e) O IPv6 permite até quatro vezes mais endereços únicos do que o IPv4.

05. FGV - ANA (MPE RJ)/MPE RJ/PROCESSUAL/2025

Para utilizar a internet é necessário utilizar conexões entre computadores ligados em rede, com isso se estabelece o tráfego de pacotes.

Com relação às conexões e tráfego, analise os itens a seguir

I. A velocidade de *download* se refere à rapidez com que um arquivo pode ser baixado de um serviço na Internet para um computador, sendo, em geral, maior a que a velocidade de *upload*.

II. As velocidades máximas de *upload* e de *download* sempre são iguais, ambas são medidas em bits por segundo e podem variar ao longo do dia.

III. A velocidade de *upload* se refere à rapidez com que um arquivo pode ser recebido por um serviço na Internet, sendo, em geral, igual a velocidade de *download*.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL



01. FGV - ANA (MPE AL)/MPE AL/GESTÃO PÚBLICA/2018

O conceito de Estado está diretamente relacionado aos elementos indispensáveis à sua formação.

Assinale a opção que os indica.

- a) Povo, governo soberano e território.
- b) Clero, nobreza e povo.
- c) Classes sociais, classes econômicas e classes territoriais.
- d) Cultura, população e organização.
- e) Povo, localidade e hierarquia.

02. FGV - EST FOR (MPE RJ)/MPE RJ/2018

Deputados Federais vinculados a determinado partido político consultaram sua assessoria a respeito da possibilidade de alterarem a forma de Estado adotada pela Constituição da República de 1988.

A Assessoria, em total harmonia com a sistemática constitucional, respondeu negativamente sob o argumento de que a forma de Estado consubstancia cláusula pétrea. É correto afirmar que a referida forma de Estado, prevista no título *Dos Princípios Fundamentais* da Constituição da República, é:

- a) a república;
- b) o presidencialismo;
- c) a federação;
- d) a democracia;
- e) o bicameralismo.

03. FGV - TEC (MPE AL)/MPE AL/GERAL/2018

Na República Federativa do Brasil, todo o poder emana do povo, que pode exercê-lo por meio de pessoas eleitas especialmente para esse fim.

Esse processo de escolha caracteriza uma manifestação da

- a) democracia representativa.
- b) separação dos poderes.
- c) democracia direta.
- d) eleição indireta.
- e) federação.

04. FGV - PROF (PREF BH)/PREF BH/1º E 2º CICLOS/2023

A Constituição Federal de 1988 estabelece, entre os princípios da educação, em quais termos deverá se dar a relação entre instituições públicas e instituições privadas de ensino.

Assinale a opção que identifica **corretamente** esta relação.

- a) Precedência das instituições públicas sobre as instituições privadas.
- b) Coexistência da oferta de ambos os tipos de instituição de ensino.

c) Concorrência livre entre ambas pela conquista do alunado.

d) Prioridade de um ou outro tipo conforme os resultados obtidos.

05. FGV - ADV (PREF CARAGUATATUBA)/PREF CARAGUATATUBA/2024

João, estudioso do Direito Constitucional, propôs-se a analisar a Constituição do país *Beta*, o que exigiu a realização de ampla pesquisa a respeito das características do ambiente social e dos fatores reais de poder. Ao fim de suas reflexões, concluiu que essa Constituição alberga concepções ideológicas aparentemente inconciliáveis entre si. Além disso, traça objetivos a serem alcançados pelas estruturas estatais de poder. Por fim, ainda concluiu que a referida Constituição é formada por preceitos incompatíveis com o ambiente sociopolítico do país *Beta*, carecendo de níveis mínimos de eficácia.

À luz dessa narrativa, é possível afirmar que a Constituição analisada por João deve ser considerada

- a) nominal, compromissória e dirigente.
- b) compromissória, semântica e dúctil.
- c) heterônoma, ortodoxa e semântica.
- d) autônoma, ineficaz e nominal.
- e) dúctil, normativa e pactuada.

06. FGV - APO (PREF RJ)/PREF RJ/2023

João procurou um advogado e o consultou a respeito da possibilidade de ajuizar uma ação, em face de certo ente federativo, com base em uma norma constitucional que reconhecia determinado direito social, visando à obtenção de provimento jurisdicional que determinasse a sua implementação.

Ao analisar o teor da norma, o advogado constatou que ela tem natureza programática, tendo concluído, corretamente, que:

- a) a eficácia da norma está condicionada à futura integração pela legislação, o que significa dizer que ela não produzirá nenhum efeito enquanto isso não ocorrer;
- b) a eficácia da norma deve ser integrada pela legislação, mas, mesmo que essa integração não tenha ocorrido, revogou a legislação infraconstitucional que se mostrava incompatível com ela;
- c) a eficácia da norma é limitada, indicativo de que o seu núcleo essencial tem eficácia direta, enquanto os comandos periféricos têm eficácia indireta, carecendo de integração pela legislação;
- d) a eficácia da norma é contida, devendo ser interpretada como comando de endereçamento político, sendo inábil para embasar direitos subjetivos, que possibilitam a exigência de subordinação do interesse alheio ao próprio;

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL



01. FGV - JFTRF3/TRF 3/2025

Assinale a alternativa correta:

- a) São incapazes para os atos da vida civil os ébrios, os deficientes mentais e os toxicômanos.
- b) Os deficientes mentais são capazes para os atos da vida civil, podendo receber curador para assisti-los nos atos de cunho patrimonial.
- c) Os deficientes podem praticar atos existenciais, desde que o façam com a anuência de dois apoiadores.
- d) Os toxicômanos, com entendimento reduzido, não podem mais ser interditados segundo a legislação hoje vigente.
- e) Os indígenas são sempre incapazes do ponto de vista individual, mas suas coletividades não o são.

02. FGV - TJ(TJTO)/TJTO/APOIO JUDICIÁRIO E ADMINISTRATIVO/2022

Júlia é uma jovem de 16 anos que decidiu casar-se com seu primeiro namorado, Roberto, três anos mais velho que ela. Os pais de Júlia, que sempre aprovaram o relacionamento da filha, prontamente deram a autorização necessária para que ela se casasse. Dois meses após o matrimônio, Júlia decidiu procurar uma agência de viagem e contratar um pacote turístico para que ela e Roberto pudessem realizar a sua primeira viagem juntos.

Considerando que ela celebrou o contrato com a agência sem a participação de seu marido ou de seus pais, é correto afirmar que o contrato:

- a) é plenamente válido, pois Júlia tem capacidade civil plena, embora não tenha atingido a maioridade;
- b) não é válido, pois, sendo Júlia menor de 18 anos, não pode contratar sem a representação de seus pais;
- c) é plenamente válido, pois, sendo Roberto maior de 18 anos, sua idade supre a incapacidade de Júlia;
- d) não é válido, pois, até que Júlia complete 18 anos, precisa da assistência de Roberto para contratar;
- e) é anulável, pois Júlia é incapaz, mas pode tornar-se válido se Roberto prestar sua anuência posteriormente.

03. FGV - AGTT (PREF SALVADOR)/PREF SALVADOR/2019

Márcia encontra-se grávida de oito meses. Diante dos exames feitos e da constatação de que seu filho pertence ao sexo masculino, escolheu chamá-lo de Miguel.

Segundo o que diz o Código Civil quanto ao nascituro, assinale a afirmativa **correta**.

- a) A lei resguarda os direitos de Miguel, ainda que venha a falecer durante a gravidez.
- b) A personalidade civil de Miguel começa desde sua concepção.

c) A personalidade civil de Miguel se inicia desde a concepção, a partir de quando a lei também resguarda seus direitos.

d) A personalidade civil de Miguel se inicia a partir do nascimento com vida, mas a lei resguarda seus direitos desde a concepção.

e) A personalidade civil de Miguel começa apenas a partir do nascimento com vida, a partir de quando também são resguardados seus direitos.

04. FGV - AGTT (PREF SALVADOR)/PREF SALVADOR/2019

Rodrigo e Beth, casados, são os pais de Pedro, que tem dezesseis anos, e moram em Salvador. Ainda com esta idade, Pedro obteve boa nota no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e foi admitido na Universidade Federal de Minas Gerais. Por essa razão, Rodrigo e Beth pretendem proporcionar ao filho maior liberdade na prática dos atos da vida civil.

Diante da situação apresentada, é possível afirmar que, segundo o Direito brasileiro,

- a) Pedro é relativamente incapaz até completar os dezoito anos, inexistindo outra possibilidade de adquirir a plena capacidade civil que não a maioridade.
- b) Rodrigo e Beth poderão conceder a Pedro a emancipação voluntária mediante instrumento público, adquirindo este último a plena capacidade civil.
- c) a concessão da emancipação voluntária por Rodrigo e Beth dependerá de autorização judicial, mesmo que não haja qualquer discordância entre eles.
- d) a única hipótese presente na lei que permite a Pedro emancipação e aquisição da plena capacidade será seu eventual casamento.
- e) mesmo na hipótese de emancipação, Pedro continuará a ser relativamente incapaz.

05. FGV - AGTT (PREF SALVADOR)/PREF SALVADOR/2019

Heleno, que tem 13 anos, pretende comprar um *videogame* no valor de R\$ 3.000,00. Para isto, celebra contrato de compra e venda com Jorge, que tem 18 anos.

Sobre esta situação, quanto a Heleno, é **correto** afirmar que

- a) a contratação é viável, em razão de sua plena capacidade civil.
- b) a celebração do contrato apenas seria possível caso ele estivesse assistido por seus pais.
- c) ele não pode celebrar este contrato, em razão de sua incapacidade absoluta.
- d) ainda que representado por seus pais, ele não pode celebrar este contrato.
- e) após os dezesseis anos, ele pode celebrar contratos, independentemente da intervenção de seus pais.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL



01. FGV - NER (TJMS)/TJMS/PROVIMENTO/2026

Em janeiro de 2023, Marcelo, tabelião, utilizou dados pessoais e documentos de pessoa falecida para lavrar uma procuração falsa, beneficiando terceiro indivíduo que, por sua vez, vendeu um imóvel do falecido como se fosse procurador legítimo. Em maio de 2024, entrou em vigor uma lei que passou a considerar, como circunstância qualificadora da falsificação, o uso de identidade de pessoa falecida, com pena aumentada em metade. Em setembro de 2024, o Ministério Público denunciou Marcelo com base na nova redação legal, invocando o entendimento de que a nova lei não cria crime novo, apenas detalha o tipo penal anterior, não violando, portanto, os princípios da legalidade e da anterioridade.

Diante de tal situação hipotética, é correto afirmar que:

- a) a responsabilização penal de Marcelo com base na nova lei é legítima, pois a falsidade ideológica já era crime anteriormente, sendo a alteração legal meramente explicativa;
- b) Marcelo pode ser condenado com base na nova lei, pois o princípio da anterioridade não impede a retroatividade de normas interpretativas;
- c) a nova lei é irretroativa por ser mais gravosa, mas aplica-se ao caso concreto porque o crime praticado por Marcelo é permanente e seus efeitos se prolongam no tempo;
- d) a aplicação da nova lei ao fato anterior é inconstitucional, pois viola os princípios da legalidade e da anterioridade da lei penal;
- e) a nova lei é compatível com a legalidade, pois são consideradas válidas as leis penais retroativas, desde que visem a proteger bens jurídicos coletivos, como a fé pública.

02. FGV - DP PE/DPE PE/2025

Considerando o momento consumativo do *crime de furto* e a aplicação do *princípio da insignificância*, avalie as situações fáticas a seguir

I. Em uma loja de departamento, Edna esconde roupas íntimas em sua bolsa e sai do local sem efetuar o pagamento. O segurança, alertado por um cliente, aborda Edna na frente do estabelecimento e todos os bens, avaliados em R\$ 850,00, são restituídos. O Ministério Público denuncia Edna pelo crime de furto e, no curso do processo, verifica-se que ela responde a outros dois processos criminais, um por furto e outro por receptação.

II. Em um supermercado, Josué esconde peças de picanha na parte inferior do carrinho. Passa pela caixa, efetua o pagamento dos demais produtos e, em seguida, vai embora. Cientificada do fato, a gerência do estabelecimento alerta a Polícia Militar que realiza diligências e consegue localizar Josué, na porta de casa, descarregando os produtos. As peças de picanha são restituídas e avaliadas em R\$ 520,00. Josué possui uma condenação definitiva pelo crime de estelionato e é reincidente.

Em relação às situações fáticas apresentadas, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

- a) Em ambas as situações, o crime de furto restou tentado, porque Edna e Josué não detiveram a posse mansa, pacífica e desvigiada dos bens subtraídos.
- b) Em ambas as situações, o valor dos bens subtraídos, abaixo do salário-mínimo, justifica, por si só, a aplicação do princípio da insignificância.
- c) O crime praticado por Edna restou consumado.
- d) Somente na situação II, as condições subjetivas do réu podem justificar o afastamento do princípio da insignificância.
- e) Em ambas as situações, a restituição imediata dos bens subtraídos justifica, por si só, a aplicação do princípio da insignificância.

03. FGV - MAGIS (ENAM)/ENAM/2026

Caio praticou o crime de extorsão (Art. 158 do Código Penal), em 10 de janeiro de 2024. No dia 15 de janeiro de 2024, entrou em vigor uma lei nova (Lei WXZ), que aumentou a pena mínima do referido delito. Ainda assim, Caio continuou a manter a vítima sob ameaça e restrição de liberdade com a finalidade de obtenção do pagamento, o que se estendeu até o dia 20 de janeiro de 2024, quando foi preso em flagrante.

Durante a tramitação da respectiva ação penal, já no ano de 2025, entrou em vigor a Lei LKY, que reduziu a pena do crime para um patamar inferior, tanto em relação à lei vigente da data do início da conduta quanto em relação à Lei WXZ.

Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- a) A sentença deverá conjugar as leis, extraíndo o preceito primário da lei vigente ao início da conduta e a pena da Lei LKY, a fim de observar o princípio da proporcionalidade da sanção penal.
- b) Aplica-se a Lei WXZ, pois em se tratando de crime continuado ou permanente, a lei penal mais grave aplica-se, caso a sua vigência seja anterior à cessação da continuidade ou da permanência.
- c) Aplica-se a Lei LKY, pois é a mais benéfica e deve retroagir para atingir os fatos não definitivamente julgados, em observância ao princípio da retroatividade da lei penal mais favorável ao réu.
- d) A Lei WXZ deve ser aplicada de forma ultrativa se Caio for condenado antes da entrada em vigor da Lei LKY, em observância à teoria da atividade, que impede modificações na imputação após o oferecimento da denúncia.
- e) Aplica-se a lei vigente ao tempo do início da conduta, pois a lei penal mais grave não pode retroagir para atingir fatos iniciados sob a égide da lei anterior, sob pena de violação ao princípio da irretroatividade da lei mais rigorosa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL



01. FGV - AL (CAMDEP)/CAMDEP/CONSULTOR LEGISLATIVO/ÁREA XXII/2024

Acerca dos princípios reitores do processo penal, assinale a afirmativa correta.

a) Como corolário do princípio da ampla defesa, é direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso a todos elementos de prova, já documentados ou não, no procedimento investigatório conduzido pela polícia judiciária.

b) O princípio do juiz natural inviabiliza que a pena cumprida no estrangeiro exclua ou reduza a pena a ser cumprida no Brasil, ainda que se trate do mesmo fato criminoso.

c) Embora não seja absoluto, o princípio da identidade física consiste no mandamento de que o juiz que presidiu a instrução deverá, a princípio, proferir a sentença.

d) Como decorrência do princípio do contraditório, pode-se afirmar que tanto a falta de defesa quanto sua deficiência ensejam a nulidade absoluta do processo, independentemente da prova de prejuízo para o réu.

e) Embora vigente o princípio de que ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo, o exercício do direito de permanecer em silêncio não impede que o juiz considere esta circunstância em prejuízo do réu na sentença.

02. FGV - TECGES ADMIN (ALEMA)/ALEMA/ADVOGADO/2013

Assinale a alternativa que indica o princípio que fundamenta a lição da doutrina de que a prova não pertence à parte que a produziu, mas ao processo.

a) Princípio do livre convencimento motivado.

b) Princípio do contraditório.

c) Princípio da oralidade da prova.

d) Princípio da publicidade da prova.

e) Princípio da aquisição ou comunhão da prova.

03. FGV - TJ AUX (TJ SC)/TJ SC/2026

Durante investigação sobre suposto crime de furto, a autoridade policial instaurou inquérito policial para apurar os fatos. No curso das diligências, o investigado João requereu a realização de determinada perícia, mas o pedido foi indeferido pela autoridade policial, por considerá-lo desnecessário naquele momento. Posteriormente, antes mesmo da conclusão do inquérito policial, o Ministério Público ofereceu denúncia com base em outros elementos probatórios já disponíveis.

Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

a) A autoridade policial agiu ilegalmente, pois é obrigada a realizar todas as diligências requeridas pelo investigado.

b) O Ministério Público não poderia oferecer denúncia sem a conclusão do inquérito policial, pois esse é indispensável à ação penal.

c) O indeferimento da diligência pela autoridade policial é válido e o Ministério Público pode oferecer denúncia mesmo sem a conclusão do inquérito, desde que existam elementos suficientes.

d) A denúncia é nula, pois a ausência da perícia requerida pelo investigado viola o contraditório e a ampla defesa no inquérito policial.

e) A autoridade policial deveria ter remetido o pedido de diligência ao Poder Judiciário, que é o único competente para decidir sobre sua realização.

04. FGV - JETJPE/TJPE/2022

Relativamente ao inquérito policial e às diligências neste levadas a efeito, é **correto** afirmar que:

a) na busca domiciliar fundada em ordem judicial, quando encontrada a arma objeto do crime de roubo, a não especificação no mandado judicial para a busca pessoal impedirá a realização desta;

b) o delegado de polícia, apurando crime de extorsão mediante sequestro, necessita de prévia autorização judicial para requisitar, de quaisquer órgãos do poder público, dados e informações cadastrais dos suspeitos;

c) após representação do delegado de polícia, nos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, sobre a disponibilização dos meios técnicos que permitam a localização da vítima, se não houver manifestação judicial no prazo de doze horas, poderá aquele proceder às requisições, comunicando-se imediatamente ao juiz;

d) nos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, o delegado de polícia poderá requisitar, independentemente de autorização judicial, às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados que permitam a localização dos suspeitos;

e) dar-se-á prioridade à realização de exame de corpo de delito, na fase do inquérito policial, quando se tratar de crime que envolva criança ou adolescente, idoso, pessoa com deficiência, indígena ou gestante.

05. FGV - AUX TP (PCA AP)/PCA AP/TÉCNICO EM AGRIMENSURA/2022

Após tomar conhecimento de denúncia anônima, João, delegado de polícia, instaurou inquérito para apurar a prática de crimes de estupro praticados em local de sua atribuição.

Sobre esse tema, é **correto** afirmar que

a) a denúncia anônima é uma espécie de *notitia criminis* mediata.

b) a denúncia anônima é uma espécie de *delatio criminis*, sendo suficiente para a instauração de inquérito policial, a depender da convicção do delegado de polícia.

c) a denúncia anônima é uma espécie de *notitia criminis* imediata.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO



01. FGV - ESP LEG (ALERJ)/ALERJ/NÍVEL III/ADMINISTRAÇÃO GERAL/2026

As funções administrativas descritas por Fayol influenciaram a formulação posterior do modelo PODC (Planejar, Organizar, Dirigir e Controlar).

Considerando as definições clássicas de Fayol e sua correspondência com as funções modernas da Administração, assinale a opção que associa, **corretamente**, as atividades do gestor ao elemento do PODC com o qual elas se vinculam.

- a) A harmonização das atividades e a sintonia entre as equipes correspondem à função de organizar.
- b) A verificação sistemática do desempenho e a identificação de desvios correspondem à função de dirigir.
- c) A análise antecipada do futuro e o estabelecimento de objetivos correspondem à função de planejar.
- d) A orientação direta dos empregados e o estímulo à motivação correspondem à função de controlar.
- e) A estruturação dos recursos materiais e sociais da empresa corresponde à função de dirigir.

02. FGV - SUP C QUAL (IBGE)/IBGE/2026

A função administrativa está presente em todos os níveis da hierarquia organizacional, embora sua intensidade varie conforme a posição ocupada. Em níveis mais elevados, predominam atividades ligadas ao planejamento, à organização, ao comando, à coordenação e ao controle, enquanto nos níveis operacionais aumentam as funções técnicas e outras atividades específicas da empresa.

Com base nesse entendimento, assinale a afirmativa **correta**.

- a) A função administrativa é exclusiva da alta administração.
- b) Os níveis operacionais desempenham somente tarefas técnicas.
- c) A proporção das funções administrativas aumenta conforme se sobe na hierarquia.
- d) Os gerentes intermediários não exercem atividades administrativas.
- e) A função administrativa se concentra igualmente em todos os níveis hierárquicos.

03. FGV - AFCE (TCE-SC)/TCE SC/ADMINISTRAÇÃO/2026

O modelo PODC (Planejar, Organizar, Dirigir e Controlar) consolidou-se como referência na teoria administrativa moderna, incorporando e reinterpretando as funções originalmente sistematizadas por Fayol. Cada função do modelo corresponde a um conjunto específico de atividades gerenciais.

Assinale a opção que apresenta uma associação correta entre atividade gerencial e função do PODC.

- a) Mensurar resultados, identificar desvios e adotar medidas corretivas vinculam-se à função de organizar.
- b) Alocar pessoas, distribuir tarefas e estruturar recursos materiais vinculam-se à função de dirigir.
- c) Liderar equipes, orientar comportamentos e estimular o engajamento vinculam-se à função de controlar.
- d) Definir metas, antecipar cenários e estabelecer programas de ação vinculam-se à função de planejar.
- e) Harmonizar esforços coletivos e sincronizar atividades vinculam-se à função de organizar.

04. FGV - TEC MPU/MPU/ENFERMAGEM/2025

Certa organização iniciou um processo seletivo para um cargo na área de recursos humanos. As atribuições do cargo são: definição da estrutura de cargos e salários; estabelecimento de metas e objetivos aos colaboradores; avaliação do desempenho.

As atribuições do cargo estão relacionadas, respectivamente, às seguintes funções da administração:

- a) planejamento; planejamento; controle;
- b) planejamento; direção; controle;
- c) planejamento; direção; direção;
- d) organização; planejamento; direção;
- e) organização; planejamento; controle.

05. FGV - ANA GM (PREF SJC)/PREF SJC/ADMINISTRAÇÃO/2025

Astolfo, ao ser avisado sobre a publicação de edital de um concurso público de seu interesse, verificou no documento que entre as atribuições do cargo constavam as seguintes atividades: dividir o trabalho entre os membros da equipe, atribuir responsabilidades específicas, estabelecer níveis de autoridade, além de monitorar a execução das tarefas e aplicar correções quando necessário, com o objetivo de garantir o alcance das metas institucionais.

As funções administrativas descritas no edital referem-se a(a)

- a) planejamento e direção.
- b) planejamento e organização.
- c) direção e organização.
- d) organização e controle.
- e) controle e direção.

POLÍTICAS PÚBLICAS



01. FGV - TECNOSP (FIOCRUZ)/FIOCRUZ/ CIÊNCIAS SOCIAIS/CIÊNCIAS SOCIAIS E SAÚDE NAS FRONTEIRAS/2010

Instituído pela Portaria GM/MS n. 1.120 de 06 de julho de 2005, alterada pela Portaria GM/MS n. 1.188 de 05 de junho de 2006, o Projeto SIS-Fronteira tem como objetivo geral:

- a) organizar e fortalecer os sistemas locais de saúde nos municípios fronteiriços brasileiros.
- b) promover a integração de ações e serviços de saúde nas fronteiras do Brasil no Mercosul.
- c) munir as gestões locais de instrumentos legais contra a entrada de drogas pelas fronteiras.
- d) incentivar as políticas estaduais de definição dos limites físicos e ajustes de suas fronteiras.
- e) ditar atividades que visem a padronização das políticas de saúde e educação nas fronteiras.

02. FGV - TECNOSP (FIOCRUZ)/FIOCRUZ/ CIÊNCIAS SOCIAIS/CIÊNCIAS SOCIAIS E SAÚDE NAS FRONTEIRAS/2010

No âmbito de suas atribuições, o Ministério Público e os Conselhos de Saúde são exemplos de instituições públicas que:

- a) exercem, no campo político-administrativo, o controle social das políticas públicas de saúde.
- b) dispõem de instrumentos judiciais contra os infratores da lei de responsabilidade fiscal.
- c) contam com mecanismos legais para inibir a improbidade administrativa na área da saúde.
- d) executam ações civis públicas que garantam a saúde como bem acessível a todos.
- e) encaminham denúncia pública contra os casos de assistencialismo emergencial em saúde.

03. FGV - TECNOSP (FIOCRUZ)/FIOCRUZ/ CIÊNCIAS SOCIAIS/CIÊNCIAS SOCIAIS E SAÚDE NAS FRONTEIRAS/2010

“(...) ao mesmo tempo que o SUS se institucionaliza e se torna uma realidade (...) se faz em condições precárias e de forma incompleta (...) O contexto político nacional e internacional não se mostrou favorável à implantação do SUS.”

MENICUCCI, Telma. A implementação da reforma sanitária: a formação de uma política. Rio de Janeiro: Editora FioCruz, 2007,

Uma realidade a ser desconsiderada quando se apontam justificativas para o referido contexto é:

- a) a configuração conservadora dos governos que se sucederam no período da transição democrática brasileira.
- b) a influência da rediscussão, no ambiente internacional, a cerca do papel do Estado e de suas novas atribuições.
- c) o questionamento da universalização dos direitos em defesa do mercado na produção de determinados serviços.

d) o receituário de ajuste e estabilização econômica em sentido inverso à ampliação das atribuições governamentais.

e) a consagração dos direitos sociais no país que, de contrapartida, pressupunha a atuação redistributiva do Estado.

04. FGV - TECNOSP (FIOCRUZ)/FIOCRUZ/ CIÊNCIAS SOCIAIS/CIÊNCIAS SOCIAIS E SAÚDE NAS FRONTEIRAS/2010

Mesmo que sua implantação venha mesclando avanços e impasses, a criação do FUNDEB representou o início de um novo estágio nas políticas de educação no país.

São avanços previstos por este Fundo:

- a) maior abrangência dos níveis de ensino a que se destina e maior detalhamento dos mecanismos de constituição de suas verbas.
- b) vigência estendida para a aplicação do fundo e atendimento das políticas ampliado para todos os níveis do ensino fundamental.
- c) trato mais detalhado sobre questões operacionais e fixação dos valores regressivos dos repasses da União para os municípios.
- d) ampliação do dever de “remuneração condigna do magistério” e garantia dos atuais pisos salariais regionais para os professores.
- e) definição de um padrão mínimo de qualidade do ensino e uso da receita do salário-educação nos repasses da União ao Fundo.

05. FGV - TECNOSP (FIOCRUZ)/FIOCRUZ/ CIÊNCIAS SOCIAIS/CIÊNCIAS SOCIAIS E SAÚDE NAS FRONTEIRAS/2010

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) institui um novo paradigma para as ações do poder público no Brasil no que se refere às atividades de promoção humana e desenvolvimento social como garantia de condições de sobrevivência, em sua plenitude, a todos os brasileiros em situação de vulnerabilidade e exclusão social.

A partir do referido texto constitucional, assinale a afirmativa correta.

- a) a LOAS, elaborada por organizações não-governamentais, foi aprovada de início pelo Conselho Nacional de Assistência Social.
- b) a Política Nacional de Assistência Social é um documento normatizador das ações de assistência social concebidas na LOAS.
- c) o Conselho Nacional de Assistência Social conta com membros dos governos e da sociedade civil na proporção de 2 para 1.

CONHECIMENTOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO



01. FGV - ESP LEG (ALERJ)/ALERJ/NÍVEL III/ADMINISTRAÇÃO GERAL/2026

Uma Central de Atendimento ao Cidadão do governo estadual iniciou a revisão de seus padrões de atendimento após constatar aumento de filas, reclamações sobre a desorganização no ambiente físico e dificuldades de acesso a canais digitais.

A gestão buscou alinhar o serviço às boas práticas de padronização, integrando carta de serviços, sistema de senhas e atendimento multicanal (presencial, telefônico, eletrônico e digital), além de melhorar a ambientação do espaço para torná-lo mais acolhedor e sinalizado.

Considerando os princípios de organização e padronização do atendimento ao cidadão, assinale a afirmativa **correta**.

a) A carta de serviços tem função meramente informativa e não influencia o planejamento dos canais de atendimento, pois cada unidade pode definir livremente seus padrões de execução.

b) A adoção de sistemas de senhas e de agendamento integra práticas de padronização que auxiliam na previsibilidade do atendimento, na redução de filas e na organização do fluxo de usuários.

c) A melhoria do ambiente físico, com sinalização e mobiliário adequados, é recomendada somente para serviços de saúde, não sendo considerada boa prática para outros tipos de atendimento.

d) O atendimento multicanal prioriza o uso dos meios digitais, substituindo a necessidade de manter canais presenciais, especialmente em serviços de alta demanda.

e) Canais eletrônicos, como *e-mail* e protocolo digital, não fazem parte do conceito de atendimento multicanal, pois não envolvem interação direta com os servidores públicos.

02. FGV - POL LEG (ALEGO)/ALEGO/2026

No atendimento institucional qualificado, especialmente em ambientes nos quais coexistem exigências formais, diversidade sociocultural do público e riscos decorrentes da exposição indevida de informações, a atuação do agente deve equilibrar dimensões comportamentais e funcionais que, embora complementares, não são sinônimas. Comunicação clara não se confunde com informalidade excessiva; tolerância não equivale à relativização de normas; discrição não autoriza omissão funcional; e objetividade não se traduz em rigidez desumanizada.

Considerando esse quadro sobre relações humanas, comportamento organizacional e qualidade no atendimento, assinale a alternativa que expressa, de forma tecnicamente correta, a conduta profissional esperada do agente institucional.

a) A atuação objetiva e eficiente no atendimento institucional recomenda a padronização rigorosa das respostas e a limitação do diálogo, reduzindo a exposição do agente e evitando interpretações divergentes por parte do público.

b) A tolerância e a cortesia, por possuírem natureza eminentemente relacional, autorizam flexibilizações pontuais de normas e procedimentos, desde que destinadas à satisfação do usuário e à redução de conflitos imediatos.

c) A discrição funcional impõe ao agente a restrição máxima da informação transmitida, ainda que isso comprometa a clareza da comunicação ou a plena compreensão da demanda apresentada.

d) A qualidade no atendimento institucional resulta da aplicação equilibrada e impessoal das normas, associada à comunicação clara, à atenção à demanda, à presteza na resposta, à tolerância com autocontrole emocional e à discrição responsável, preservando simultaneamente eficiência, respeito ao usuário e segurança organizacional.

e) A conduta profissional adequada depende prioritariamente da sensibilidade individual do agente, devendo adaptar-se de modo flexível ao perfil psicológico do atendido e às circunstâncias momentâneas do atendimento.

03. FGV - ASS GM (PREF SJC)/PREF SJC/2025

Os princípios do bom atendimento mais percebidos pelo usuário são a competência, a presteza, a cortesia, a paciência e o respeito. Dessa forma, avalie se as ações a seguir favorecem um atendimento de qualidade.

I. Manter atitudes adequadas, sem exagerar no tratamento.

II. Relacionar-se com o usuário tratando-o com acolhida respeitosa e com empatia.

III. Ouvir com atenção e acatar, na medida do possível, as sugestões do usuário.

IV. Satisfazer o usuário, superando suas expectativas.

Estão corretas as ações apresentadas em

a) I e II, apenas.

b) III e IV, apenas.

c) I, II e III, apenas.

d) II, III e IV, apenas.

e) I, II, III e IV.

04. FGV - ASS GM (PREF SJC)/PREF SJC/2025

“A sociedade tolera cada vez menos condutas inadequadas na prestação de serviços. Por isso, o servidor deve buscar conhecimento para seu próprio desenvolvimento, contribuindo de forma responsável em busca de atualização, flexibilidade para mudar hábitos e habilidade para lidar com usuários.”

(Excelência no atendimento e boas práticas no serviço público, Prefeitura de Vitória – ES)

Acerca do relacionamento das organizações públicas com os cidadãos-usuários, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() A qualidade do relacionamento com o cidadão-usuário é primordial para as organizações públicas.

() Credibilidade, confiabilidade e transparência junto à sociedade são fatores de menor relevância para as organizações públicas.

() A postura ética e profissional é fator primordial na qualidade do atendimento, seja ele presencial ou virtual.



01. FGV - ESP LEG (ALERJ)/ALERJ/NÍVEL IV/ ADMINISTRAÇÃO GERAL/2026

Com o objetivo de implementar as promessas realizadas durante o processo eleitoral, José, recém empossado no cargo de Prefeito do Município *Alfa*, no Estado do Rio de Janeiro, solicitou um parecer à sua equipe jurídica sobre a aplicabilidade, ou não, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, analisando

- I) a alienação e a concessão de direito real de uso de bens;
- II) a compra por encomenda; e
- III) a contratação de tecnologia da informação e de comunicação.

Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é **correto** afirmar que a referida legislação se aplica

- a) à compra por encomenda, bem como à contratação de tecnologia da informação e de comunicação, mas não à alienação e à concessão de direito real de uso de bens.
- b) à alienação e à concessão de direito real de uso de bens, mas não à compra por encomenda, tampouco à contratação de tecnologia da informação e de comunicação.
- c) à alienação e à concessão de direito real de uso de bens, bem como à compra por encomenda e à contratação de tecnologia da informação e de comunicação.
- d) à compra por encomenda, mas não à alienação e à concessão de direito real de uso de bens, tampouco à contratação de tecnologia da informação e de comunicação.
- e) à contratação de tecnologia da informação e de comunicação, mas não à compra por encomenda, tampouco à alienação e à concessão de direito real de uso de bens.

02. FGV - ADP (DPE RO)/DPE RO/ENGENHARIA CIVIL/2025

A Lei 14.133/2021 dispõe sobre licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Um tipo de contratação que não está subordinado ao regime desta lei é a referente aos contratos de

- a) locação.
- b) compra por encomenda.
- c) concessão do uso de bens públicos.
- d) operações de crédito interno ou externo.
- e) alienação e concessão de direito real de uso de bens.

03. FGV - AG (TCE-PE) /TCE PE/ ADMINISTRAÇÃO/2026

José, servidor público no Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, apresentou tese de mestrado versando sobre os princípios do planejamento, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, aplicáveis no contexto das licitações e contratações públicas. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei no 14.133/2021, é **correto** afirmar que os princípios do (da)

- a) motivação e da celeridade têm assento expresso na Lei no 14.133/2021, enquanto o princípio do desenvolvimento nacional sustentável é fruto de construção jurisprudencial.
- b) desenvolvimento nacional sustentável e da motivação têm assento expresso na Lei no 14.133/2021, enquanto o princípio da celeridade é fruto de construção doutrinária.
- c) celeridade, da motivação e do desenvolvimento nacional sustentável são fruto de construção jurisprudencial, sem assento expresso na Lei no 14.133/2021.
- d) celeridade, da motivação e do desenvolvimento nacional sustentável são fruto de construção doutrinária, sem assento expresso na Lei no 14.133/2021.
- e) celeridade, da motivação e do desenvolvimento nacional sustentável têm assento expresso na Lei no 14.133/2021.

04. FGV - TDP (DPE RO)/DPE RO/TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2025

A Nova Lei de Licitações, dentre outras alterações substanciais, incorporou novos princípios que orientam a atuação da Administração Pública nas contratações, reforçando valores como legalidade, eficiência e governança.

Um princípio, expressamente previsto na Nova Lei de Licitações, é o

- a) Princípio da direção.
- b) Princípio da igualdade.
- c) Princípio da diversidade.
- d) Princípio da ética.
- e) Princípio da irretroatividade.

05. FGV - SPF (CNU)/CNU/BLOCO TEMÁTICO 5/ ADMINISTRAÇÃO/2025

A Lei de Licitações e Contratos Administrativos tem sofrido alterações ao longo dos anos. A última alteração foi por intermédio da Lei nº 14.133/2021.

Se, nas legislações anteriores, a ênfase estava na fase da licitação, na atual legislação, o destaque é dado para:

- a) a execução do contrato, pois é nessa fase que os problemas aparecem;
- b) a habilitação dos licitantes, pois isso assegura a contratação de empresas que apresentam preços menores;

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA



01. FGV-JETJTO/TJTO/2025

No Município X, foi promulgada uma lei municipal que atribuiu à Guarda Civil Metropolitana atividades de policiamento preventivo e comunitário, permitindo-lhe exercer, no âmbito do ente federativo, ações de segurança urbana. O procurador-geral de Justiça ajuizou representação pela inconstitucionalidade da lei municipal, perante o Tribunal de Justiça, aduzindo que as atribuições previstas ultrapassavam os limites constitucionais impostos ao papel das guardas municipais.

À luz do entendimento do Supremo Tribunal Federal e dos termos da Lei Federal nº 13.022/2014, é correto afirmar que:

a) a lei municipal em comento é inconstitucional, visto que as funções por ela conferidas aos guardas municipais se confundem com atividades de segurança pública, cuja competência é atribuída às polícias civil e militar;

b) lei municipal não pode dispor sobre tema que não se relacione com a proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do município, cabendo à lei federal estabelecer outras funções às guardas municipais;

c) é constitucional, no âmbito dos municípios, o exercício de ações de segurança urbana pelas guardas municipais, inclusive policiamento ostensivo e comunitário, respeitadas as atribuições dos demais órgãos de segurança pública;

d) a guarda municipal não faz parte do Sistema Único de Segurança Pública, motivo pelo qual legislação municipal somente pode dispor sobre atribuição da guarda municipal relacionada à proteção do patrimônio físico dos municípios;

e) nos termos da Lei Federal nº 13.022/2014, são competências específicas das guardas municipais zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do município e indiciar autor de infração em flagrante delito.

02. FGV - GSM (PREF RJ)/PREF RJ/2025

A Lei nº 13.022/2014, que institui o Estatuto Geral das Guardas Municipais, estabelece normas gerais de organização, funcionamento e competências das Guardas Municipais nos Municípios brasileiros.

Sobre o tema, assinale a opção correta.

a) A Guarda Municipal possui competência originária de polícia ostensiva e preservação da ordem pública, substituindo a atuação das Polícias Militares estaduais, conforme delegação constitucional automática.

b) A atuação da Guarda Municipal está limitada, exclusivamente à proteção de prédios públicos, bens e serviços municipais, sendo vedada qualquer forma de patrulhamento preventivo ou mediação de conflitos.

c) A Lei nº 13.022/2014 reconhece a Guarda Municipal como instituição de caráter civil, integrante do Sistema de Segurança Pública, com atribuições de prevenção, proteção de bens, serviços e instalações, e mediação de conflitos.

d) A Guarda Municipal pode exercer, de modo autônomo e independente, atividades de investigação criminal, direção de inquéritos e coleta de provas para persecução penal, sem necessidade de cooperação com a Polícia Judiciária.

e) Por não integrar o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), as Guardas Municipais não possuem acesso a capacitações ou diretrizes nacionais em segurança cidadã, atuando apenas de acordo com regulamentação municipal.

03. FGV - GM (PREF VITÓRIA)/PREF VITÓRIA/2024

A Lei nº 13.022/2014, ao consagrar o Estatuto Geral das Guardas Municipais, estabelece que incumbe às guardas municipais, instituições de caráter civil, uniformizadas e armadas conforme previsto em lei, a função de proteção municipal preventiva, ressalvadas as competências da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais), é incorreto afirmar que

a) nos primeiros quatro anos de funcionamento, a guarda municipal poderá ser dirigida por profissional estranho a seus quadros, preferencialmente com experiência ou formação na área de segurança ou defesa social.

b) para ocupação dos cargos em todos os níveis da carreira da guarda municipal, deverá ser observado o percentual mínimo de cinquenta por cento para o sexo feminino.

c) os cargos em comissão das guardas municipais deverão ser providos por membros efetivos do quadro de carreira do órgão ou entidade.

d) aos guardas municipais é autorizado o porte de arma de fogo, conforme previsto em lei.

e) deverá ser garantida a progressão funcional da carreira em todos os níveis.

04. FGV - GCM (PREF SJC)/PREF SJC/2024

A Lei nº 13.022/2014 dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais.

Nesse contexto, avalie se os princípios mínimos de atuação das guardas municipais incluem

I. uso progressivo da força.

II. patrulhamento preventivo.

III. proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) III, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.